



4778745



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa  
Secretaria do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

## ATA DA 122<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CNDPI

REALIZADA NOS DIAS 16 E 17 DE OUTUBRO DE 2024

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias dezesseis e dezessete de outubro de dois mil e vinte e quatro, no Edifício Multi Brasil, SAUS, quadra 5, Brasília - DF, foi realizada a 122<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, CNDPI. **Estiveram presentes dia 16/10/2024:** Joana Darc Freire Silva (MCID); Shirlei Correia Rodrigues (MINC); Mirian Da Silva Queiroz Lima (MDS); Daniella Cristina Jinkings Sant'ana (MDS); Alexandre da Silva (MDHC); Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (MEC); Ana Paula Pinto da Silva (MJSP); Fábio Régis Sparremberger (MPO); Ana Paula Schwelm Gonçalves (MPS); Anna Dorothea Dause Treno (MRE); Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto (MS); Sérgio Luiz Rodrigues Pereira (MTE); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Norivaldo Pereira de Lima Junior (Aliança Nacional LGBTI+); Maria Betânia Jatobá de Almeida (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves (APNS); Denise Luci Castanheira (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalvez Lopizic (ANG Brasil); Cristiane Branquinho Lucas (AMPID); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnâni (COBAP); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Rosangela Maria Lucinda (CFOAB); Sandra Regina Capana Michellim (PPI); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI, CUT); Marco Antônio Guilherme dos Santos (SINTAPI, CUT); Claudia Regina de Oliveira Zanini (SBGG). **Convidados:** Nádia Laís G. Macedo (MDHC); Luís H. Belém (CNDPI); Bruno Mendes (CNDPI); Douglas Barbosa (CNDPI); Diana Oliveira (CNDPI); Ermelinda Melo (CNDPI); Luma Bittencourt (CNDPI); Luis Alberto (CNDPI). **No dia 17/10/2024 estiveram presentes:** Joana Darc Freire Silva (MCID); Shirlei Correia Rodrigues (MINC); Mirian Da Silva Queiroz Lima (MDS); Daniella Cristina Jinkings Sant'ana (MDS); Alexandre da Silva (MDHC); Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (MEC); Ana Paula Pinto da Silva (MJSP); Fábio Régis Sparremberger (MPO); Ana Paula Schwelm Gonçalves (MPS); Anna Dorothea Dause Treno (MRE); Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto (MS); Sérgio Luiz Rodrigues Pereira (MTE); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Norivaldo Pereira de Lima Junior (Aliança Nacional LGBTI+); Maria Betânia Jatobá de Almeida (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves (APNS); Denise Luci Castanheira (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalvez Lopizig (ANG Brasil); Cristiane Branquinho Lucas (AMPID); Graciliana Selestino Gomes da Silva (Coletivo Indígena Wakonã); Luiz Legnâni (COBAP); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Rosangela Maria Lucinda (CFOAB); Sandra Regina Capana Michellim (PPI); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI, CUT); Marco Antônio Guilherme dos Santos (SINTAPI, CUT); Claudia Regina de Oliveira Zanini (SBGG). **Convidados:** Luís H. Belém (CNDPI); Bruno Mendes (CNDPI); Douglas Barbosa (CNDPI); Diana Oliveira (CNDPI); Luma Bittencourt (CNDPI); Tatiane Estrela (MDHC); Angelica Maia (SESAI/MS); Jussara Cruz (SESAI/MS); Ermelinda Melo (CNDPI); Hugo Nister (MDHC); Luis Alberto (CNDPI).

**Abertura da Reunião:** Pauta – 1. Abertura e verificação do quórum; 2. Aprovação da pauta; 3. Aprovação da Ata da 120<sup>a</sup> R.O; 4. Solenidade com a Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania Macaé Evaristo; 5. Tema: Instituições de Longa Permanência para Pessoa Idosa no Sistema Único de Assistência Social (ILPI); • Convidada: Sra. Daniella Cristina Jinkings Santana; 6. Tema: Quedas de

pessoas idosas: • Convidada: Ligia Iasmine; 7. Reunião das Comissões Permanentes. Pauta - Dia 17/10/2024 – 1. Abertura e verificação do quórum; 2. Relato das comissões; 3. Relato de encerramento da Comissão Especial do Rio Grande do Sul; 4. Intervalo para o almoço; 5. Exposição sobre a saúde indígena e as ações realizadas para as Pessoas Idosas Indígenas no Território: • Representantes da SESAI - Angélica Maia e Jussara Assis; 6. Debate sobre a 6ª Conferência; 7. Informes gerais; 8. Encerramento. **Dia 16/10/2024 - Manhã:** O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** deu início à reunião, saudando a todos os presentes. Em seguida, abordou uma pauta abrangente, que incluiu tanto questões ordinárias quanto a preparação para a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - 6ª CONADIP. O **Secretário Alexandre da Silva** iniciou a reunião com uma saudação breve, destacando a relevância da presença da Ministra e enfatizando os desafios e os temas a serem tratados, como as políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, a implementação das Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs, e o apoio às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade. Também mencionou as contribuições de entidades parceiras, como as ações no enfrentamento de quedas e o trabalho das comissões preparatórias para a Conferência. A **Ministra Macaé Evaristo** fez sua intervenção, agradecendo a oportunidade de participar e reafirmando seu compromisso com as políticas públicas voltadas para as pessoas idosas. Destacou a importância da educação e da alfabetização das pessoas idosas, além de enfatizar a colaboração com outros ministérios. Informou que estava aberta ao diálogo para avançar na construção de políticas voltadas para as pessoas idosas. Vários conselheiros (as) se apresentaram e fizeram suas contribuições. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** destacou a necessidade de avanços nas leis relacionadas aos direitos das pessoas idosas, mencionando a Convenção Interamericana de Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas e ressaltando a importância de que o CNDPI seja instituído por lei. Seguidamente partiu para o ponto de pauta que trata da aprovação da ata da 120ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Ato contínuo, foi iniciada a palestra, Tema: Instituições de Longa Permanência para Pessoa Idosa no Sistema Único de Assistência Social (ILPI). A **Conselheira Daniella Cristina Jinkings Sant'ana** abordou sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, que tem como objetivo garantir a proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, sendo um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. Informou que a assistência social é dividida em duas proteções: 1. Básica, que visa a prevenção de riscos e oferece serviços como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Centro de Convivência para as Pessoas Idosas, destacando o impacto positivo desses serviços na redução da vulnerabilidade social e no fortalecimento de vínculos comunitários, essenciais para a saúde física e mental das pessoas idosas. 2. Especial, que atendem pessoas em situação de riscos social, pessoal ou que tiveram os seus direitos violados e oferece serviços como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e o Centro Dia. Destacou o panorama das Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs, no Brasil revelou desigualdades significativas na cobertura dessas unidades de acolhimento. Embora seja possível cobrir 100% das metrópoles, a cobertura em cidades de grande porte atinge apenas 77%, enquanto nas cidades de médio porte é de 53% e nas de pequeno porte, 34%. O total de vagas nas ILPIs soma 84.550, sendo 80.384 em ILPIs, 1.760 em casas-lares, 848 em repúblicas e 1.558 em outras unidades. Atualmente, 72.825 pessoas idosas estão acolhidas, com a maioria, 69.358, em ILPIs. Em relação ao perfil das pessoas acolhidas, observa-se que, entre as pessoas idosas de 60 a 79 anos, predominam os homens. Contudo, a partir dos 80 anos, ocorre uma inversão, com maior número de mulheres acolhidas, devido à maior expectativa de vida feminina. Um dado relevante é o acolhimento de pessoas com menos de 60 anos, muitas das quais apresentam transtornos mentais e acabam sendo enviadas para ILPIs por determinação judicial, visto que não há unidades de saúde adequadas para o tratamento dessas condições. No total, há 1.262 homens e 1.190 mulheres com menos de 60 anos acolhidos nas ILPIs. Uma das questões mais críticas observadas recentemente é o grau de dependência das pessoas idosas acolhidas, conforme o Censo SUAS de 2023 revelou que mais de 40% dos acolhidos apresentam grau de dependência 1, 36% apresentam grau de dependência 2 e 23% apresentam grau de dependência 3. Em termos de regulação sanitária, 12% das instituições ainda não possuem alvará da Vigilância Sanitária, o que é um problema sério, sendo que esforços estão sendo feitos em conjunto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, para regularizar essas unidades. A composição da força de trabalho nas ILPIs é predominantemente formada por profissionais de saúde, com 60% do total, incluindo enfermeiros,

médicos, fisioterapeutas e nutricionistas. No entanto, 40% dos profissionais são da área de assistência social, como assistentes sociais, psicólogos e terapeutas. O reconhecimento limitado dos profissionais de saúde como parte da assistência social dificulta o financiamento público dessas unidades, uma vez que os repasses são direcionados principalmente para os profissionais da área assistencial, o que torna mais difícil o pagamento dos salários de profissionais de saúde, especialmente com o aumento dos custos, como o piso salarial para enfermeiros. No debate sobre o futuro das ILPIs, é essencial refletir sobre alternativas ao modelo atual. A ampliação do número de ILPIs não é a única solução, sendo necessário considerar outras formas de cuidado, incluindo cuidados comunitários. A Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú trouxe à tona as questões envolvendo a realidade dos centros de acolhimento, incluindo ILPIs e casas-lares. Relatou que a maioria das ILPIs no Brasil são filantrópicas ou privadas, com poucos abrigos públicos, e mencionou a necessidade de repensar esse modelo de acolhimento. Informou que é fundamental criar soluções alternativas que atendam às especificidades culturais de comunidades como quilombos e povos indígenas, sem que o modelo atual de institucionalização seja a única opção. Em seguida, o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas expressou sua preocupação com a situação dos abrigos de acolhimento e a falta de políticas públicas consistentes para o cuidado com as pessoas idosas. Mencionou o exemplo da ILPI Gerip, que cobra altas taxas para acolher as pessoas idosas, e apontou a necessidade urgente de uma legislação séria que regulamente essas instituições e o cuidado com a população idosa. Por fim, a Conselheira Daniella Cristina Jinkings Sant'ana fez uma reflexão sobre as janelas de oportunidade para mudanças reais nos cuidados com a população idosa no Brasil. Enfatizou que o momento atual, com o desenvolvimento da Política Nacional de Cuidados e o Plano Nacional de Direitos da Pessoa Idosa, oferece uma oportunidade propícia para uma transformação significativa. No entanto, reconheceu que, para que isso se concretize, é necessário financiamento e pressão social para que as políticas públicas de cuidado domiciliar e institucionalização sejam implementadas. Reforçou que é preciso repensar o modelo tradicional de acolhimento, que ainda é pautado pela institucionalização total, e que novas soluções, como Centros Dias e apoio domiciliar, devem ser priorizadas. Alertou sobre a necessidade urgente de mudanças, já que a população idosa do Brasil está crescendo rapidamente, e, sem ações efetivas, o país enfrentará grandes desafios até 2050.

**Dia 16/10/2024 – Tarde: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalhodeu**

início à reunião, em seguida, comentou a pauta do período da tarde, e passou a palavra para o Secretário Alexandre da Silva que explicou o motivo da ausência da Coordenadora-Geral da Secretaria do CNDPI. Informou que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania está passando por uma reestruturação interna, com a nova Ministra, Sra. Macaé Evaristo, promovendo alterações na distribuição de cargos. Ato contínuo, foi iniciada a palestra, Tema: Protocolo para facilitar acesso de idosos institucionalizados a serviços de saúde assinado pelo Ministério Público do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza. O Conselheiro Alexandre de Oliveira Alcântara explanou sobre as ações realizadas pelas Secretarias de Saúde, em parceria com o Ministério Público do Ceará e outras instituições, para a construção e implementação de um Protocolo de atendimento voltado às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Informou que o Protocolo foi enviado para o Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, CNDPI e outras instituições relacionadas à temática. Foi destacado que, há 11 anos, tem-se identificado como principal reclamação dos residentes de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) de Fortaleza, em sua maioria privadas, a dificuldade de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2013, com 13 ILPIs fiscalizadas pelo Ministério Público, foi firmado um pacto com a Secretaria Municipal de Saúde para vincular cada instituição a uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Essa vinculação previa a atuação das equipes das UBS nas instituições, com avaliações multidimensionais e acompanhamento periódico, abrangendo consultas especializadas, medicamentos e marcações de exames. Informou que entre 2013 e 2024, houve um crescimento exponencial das ILPIs, passando de 13 para 43 ILPIs. Observou que nos últimos anos, houve dificuldades em manter a pactuação inicial. Diante disso, foi realizada uma audiência pública, envolvendo representantes das ILPIs, a Secretaria de Saúde e outras entidades, culminando na repactuação do protocolo de atendimento. Esse protocolo prevê a colaboração das ILPIs, como a cessão de espaço e equipamentos para as equipes de saúde, garantindo maior eficiência nos atendimentos. Destacou a importância de um esforço contínuo para que os gestores do SUS conheçam as instituições em seu território e promovam ações de atendimento adequadas, principalmente considerando as limitações das pessoas idosas institucionalizadas. Foi ressaltado que essa prática deve ser considerada em âmbito nacional para assegurar o direito ao acesso à saúde, especialmente para as pessoas idosas com mobilidade reduzida ou

acamados, reforçando o compromisso com a dignidade e os direitos dessa população, considerando a vulnerabilidade dos residentes das ILPIs, que, em sua maioria, não possuem planos de saúde e dependem exclusivamente do SUS. Apesar de serem instituições privadas ou microempresas, muitas desempenham um papel social relevante, especialmente em um cenário em que as instituições públicas e filantrópicas se encontram com capacidade esgotada. Por fim, foi reiterado o compromisso de levar a discussão ao Conselho Nacional de Saúde e ao Grupo de Trabalho sobre ILPIs no CNDPI, com o objetivo de compartilhar a experiência e fomentar políticas públicas que assegurem o atendimento digno e acessível às pessoas idosas institucionalizadas em todo o território nacional. Seguidamente, foi iniciada a palestra, Tema: Quedas de pessoas idosas. A Conselheira Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto apresentou sobre as quedas entre as pessoas idosas, um dos temas prioritários da sua coordenação no Ministério da Saúde. Explicou que as quedas não se referem apenas ao ato de cair, mas também a episódios de perda de equilíbrio que podem não resultar em quedas completas, mas que indicam um risco significativo. Destacou que as quedas são um problema prevalente entre a população idosa, sendo uma das principais causas de incapacidade funcional no Brasil. Também mencionou que, além dos fatores internos de saúde das pessoas idosas, o ambiente em que vivem influencia muito no risco de quedas. Em particular, ressaltou o aumento da vulnerabilidade das pessoas idosas que vivem sozinhos e a falta de acesso a tecnologias assistivas, como botões de emergência, que poderiam ajudar a prevenir ou minimizar os danos causados pelas quedas. A Conselheira Mirian Da Silva Queiroz Lima levantou a questão de como implementar tecnologias assistivas para reduzir o risco de quedas entre as pessoas idosas, especialmente aqueles que moram sozinhos. Sugeriu que o mercado privado, com suas inovações, poderia inspirar ações públicas para garantir mais segurança e prevenir quedas. Em seguida, o Conselheiro Fábio Régis Sparremberger trouxe uma preocupação relacionada ao dimensionamento das equipes de saúde da família, questionando como essas equipes poderiam ser ajustadas para atender melhor à população idosa, considerando as necessidades específicas desse grupo, como a mobilidade e o acompanhamento de condições crônicas. Sugeriu que as equipes poderiam ser calibradas para dar mais atenção a essas necessidades especiais. O Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas também fez uma contribuição importante, sugerindo que o Ministério da Saúde poderia investir mais na qualificação contínua dos profissionais que lidam com a saúde da população idosa, além de trabalhar na capacitação de multiplicadores, como cuidadores e familiares, que têm um papel essencial no cuidado das pessoas idosas. Compartilhou sua própria experiência pessoal, relatando um acidente em sua casa, que não estava preparada para atender às necessidades de uma pessoa idosa, destacando a importância de adaptar os ambientes e a formação de quem cuida das pessoas idosas para evitar acidentes como quedas. Conselheira Rosangela Maria Lucinda sugeriu que fosse promovida uma reeducação da sociedade, e destacou a importância de campanhas de mídia que reforcem os pontos já mencionados. Também lembrou que, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, os conselhos têm a responsabilidade de cobrar o cumprimento da legislação, propondo a reeducação social como uma forma de prevenção. A Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú levantou uma questão sobre a mobilidade e acessibilidade nos transportes públicos, sugerindo que a equipe poderia buscar dados sobre quedas, principalmente em causas externas, e pediu informações detalhadas por faixa etária e região. Destacou a importância de dados mais específicos para que as políticas públicas sejam mais eficazes. Também sugeriu que a mídia fosse usada de forma mais ampla para campanhas educativas, mencionando a importância de parcerias com concessões públicas como as TVs e Rádios para disseminar informações. A Conselheira Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto agradeceu as contribuições e abordou as sugestões. Comentou sobre a complexidade da questão da mobilidade e acessibilidade, mencionando que as equipes de saúde da família enfrentam desafios em relação ao dimensionamento adequado, com equipes frequentemente sobrecarregadas, especialmente nas grandes cidades. Enfatizou a importância da valorização da atenção primária para prevenir problemas de saúde, como quedas, antes que se tornem graves e necessitem de tratamentos caros e complexos, como cirurgias e reabilitação. Também falou sobre a importância de dados sobre quedas, destacando que a Secretaria de Atenção Especializada possui uma assessoria dedicada à segurança do paciente, monitorando incidentes como quedas nos hospitais. Mencionou que o Ministério da Saúde tem colaborado com a Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Digital para a criação de aplicativos educativos, como o "Meu SUS Digital", que incluirá informações sobre prevenção de quedas. Além disso, destacou que existem campanhas e materiais educativos disponíveis, e que um webinário sobre o Dia Mundial de Prevenção de Quedas está disponível no canal do DataSUS no

YouTube. A Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú também sugeriu o envio de dados e informações sobre quedas, e a Conselheira Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto se comprometeu a repassar as informações necessárias, destacando a importância de utilizar os dados do Sistema de Atendimento e Atenção Primária, para subsidiar as ações de prevenção. Também sugeriu que o diálogo com as instituições de saúde e as políticas públicas de prevenção deve ser mais robusto, especialmente com o fortalecimento das equipes de saúde comunitária, muitas vezes subdimensionadas. Por fim, o tema da osteoporose foi mencionado, com a Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida apontando a importância do tratamento preventivo para evitar fraturas graves após quedas. A Conselheira Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto reforçou que a identificação e o tratamento da osteoporose são essenciais para reduzir os riscos de fraturas, especialmente entre a população idosa. Se comprometeu a fornecer mais informações sobre as campanhas educativas e a disponibilizar materiais sobre a prevenção de quedas e a promoção de um envelhecimento saudável. Conclusivamente, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho agradeceu as colaborações de todos e encerrou a reunião do dia.

**17/10/2024 – Manhã:** O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho iniciou a reunião agradecendo a pontualidade dos participantes e informou sobre a ausência de alguns conselheiros (as), incluindo o Secretário Alexandre da Silva, devido a uma reunião interministerial de grande importância. Em função dessa situação, a pauta foi alterada. O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho detalhou a programação, destacando que até às 11h30 seria realizada a apresentação dos relatos das comissões, ouvindo as coordenações e propondo encaminhamentos. Também informou sobre o encerramento dos trabalhos da Comissão Especial do Rio Grande do Sul, destacando a ausência da Conselheira Maria Angélica Gomes devido ao falecimento de um parente. Em seguida, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho abriu o debate sobre a data e local da próxima reunião. O Conselheiro Sérgio Luiz Rodrigues Pereira sugeriu descentralizar a reunião para o Rio de Janeiro, aproveitando a proximidade do evento do G20. Na sequência, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho partiu para o ponto de pauta que trata dos relatos das comissões permanentes:

**1. Comissão de Normas** – A Conselheira Cristiane Branquinho Lucas ressaltou a urgência de elaborar um Projeto de Lei (PL) para a criação do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa, destacando a relevância e prioridade dessa proposta, que a Comissão irá trabalhar para criação de uma minuta. Também foi discutida a criação de uma aba no site do Conselho para centralizar todos os projetos de lei relacionados à pessoa idosa. Mencionou a realização de um trabalho conjunto entre a Comissão de Políticas Públicas e a Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social, com o objetivo de reformular duas Resoluções do CNDPI. A reformulação aborda o fluxo que os Conselhos Estaduais e Municipais devem adotar para tratar questões relacionadas à violência contra a pessoa idosa, bem como a Resolução que estabelece uma data para que os Conselhos Estaduais encaminhem informações ao CNDPI para criar um panorama claro sobre os Conselhos Municipais em funcionamento ao longo do ano. Foi discutida a possibilidade de enviar um ofício à Câmara dos Deputados para solicitar a alteração da nomenclatura da Política Nacional do Idoso para "Política Nacional da Pessoa Idosa" e Fundo Nacional do Idoso para "Fundo Nacional da Pessoa Idosa".

**2. Comissão de Orçamento, Finanças e Gestão do Fundo Nacional do Idoso** - O Conselheiro Fábio Régis Sparemberger mencionou eventuais conflitos que existem entre a lei 12.213/2010 que institui o Fundo Nacional do Idoso e o Decreto 9.569/2018 que o regulamenta. Foi apresentado sobre a doação direcionada ao fundo da pessoa idosa. Informou que, na reunião de junho, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) havia modificado a legislação, permitindo que a destinação de recursos arrecadados pelo fundo da criança e adolescentes pudesse ser direcionada para entidades. A dinâmica atual foi explicada. Essa modificação foi destacada na reunião anterior, mas ainda existem dúvidas e preocupações sobre os impactos e riscos dessa regra. Foi informado que o tema já tramitou no Senado, foi aprovado e encontra-se atualmente na Comissão da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados. Sugeriu o envio de um ofício à Comissão da Pessoa Idosa para que o Conselho participe das discussões e que a Secretaria Nacional da Pessoa Idosa também seja envolvida, pelo menos no âmbito da Câmara. Destacou que a Comissão ainda não possui uma posição definitiva sobre o tema, considerando as vantagens e desvantagens identificadas. Abordou sobre o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional do Idoso, informou que o Conanda possui recursos orçamentários não contingenciados, porém os detalhes sobre o dispositivo que autorizou essa prática ainda não estão claros. Mencionou que houve uma reunião com o Conanda, e que foram obtidas poucas informações sobre o assunto. A única explicação fornecida foi que a não contingência teria sido

autorizada por decisão judicial, que determinou que os recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente não fossem contingenciados. Contudo, essa informação é insuficiente para esclarecer o caso. Propôs que a Comissão de Normas avalie o tema e que seja enviado um ofício ao Conanda solicitando a documentação e os dispositivos relacionados à decisão judicial mencionada. Por fim, a comissão irá solicitar ao MDHC a prestação de contas de aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Idoso. Foi iniciada uma discussão sobre arrecadação aos Fundos do Idoso. O Coordenador-Geral substituto Luís Alberto da Silva enfatizou a necessidade de aumentar a destinação de recursos para os fundos da Criança e Adolescente e do Idoso, mencionando que, apesar do potencial de arrecadação de quase 15 bilhões de reais, o valor destinado foi muito abaixo do esperado, sugeriu utilizar mídias digitais para conscientizar os contribuintes sobre a destinação do imposto de renda. Foi discutido a criação de um documento orientador para padronizar as políticas públicas relacionadas à destinação dos recursos. A Conselheira Paula Érica Batista de Oliveira sugeriu o uso de rádios comunitárias e do Cordel para divulgação.

**3. Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social – A Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalvez Lopizig** esclareceu sobre a discussão da implementação da Rede Nacional de Atendimento à Pessoa Idosa (RENADI), uma solicitação feita pelo Estado do Amazonas. Informou que a Comissão se dedicará a buscar experiências exitosas de implementação realizadas em outros estados, a fim de subsidiar as ações e decisões relacionadas ao tema. Foi apresentada a discussão sobre a Cartilha Gibi Educativo "Amigo da Pessoa Idosa – Geração Prateada" e informou que a cartilha foi revisada, está correta e apta para distribuição em âmbito nacional.

**4. Comissão de Temas Relacionados à Igualdade e Equidade Racial (comunidades negras e outras), a Mulheres, aos Povos Indígenas, aos Povos e às Comunidades Tradicionais, Agricultores(as) Familiares, às pessoas LGBTQIA+, e a pessoa com deficiência – O Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Junior** relatou a realização de um webinário com o objetivo de discutir a visibilidade e a representatividade da comunidade LGBTQIA+. O webinário irá buscar combater preconceitos por meio da promoção de um ambiente de maior compreensão e respeito, abordando questões relacionadas à inserção social, identidade de gênero e orientação sexual, fortalecer comunidades por meio da coesão interna, informar e influenciar a formulação de políticas públicas, promover a educação continuada e contribuir para a criação de novas políticas e práticas institucionais. Informou que a data prevista para o evento é entre os dias 5 e 7 de novembro.

**Dia 17/10/2024 – Tarde:** A reunião começou com o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho cumprimentando todos os presentes e agradecendo a pontualidade e deu início à pauta com a continuidade do relato das Comissões Permanentes.

**5. Políticas Públicas - A Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima** fez uma apresentação sobre as atividades da Comissão, enfatizando a necessidade de planejar ações mais eficazes e discutir temas que se alinhem ao planejamento estratégico do conselho. Mencionou o esforço conjunto da comissão para definir uma data e realizar uma reunião com a Comissão de Normas, com o objetivo de atualizar uma resolução sobre o diagnóstico dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa. Também foi comentado que a comissão recebeu uma solicitação para discutir a possibilidade de apoiar um movimento sobre a Política Nacional de Atividade Física no SUS. No entanto, a proposta foi descartada, já que o Ministério da Saúde já possui um incentivo à promoção da atividade física e a proposta não fazia sentido diante das políticas já existentes.

**A Conselheira Ligia Iasmene Pereira dos Santos Gualberto** complementou a fala da Conselheira Mirian Da Silva Queiroz Lima, destacando que o Ministério da Saúde já conta com um incentivo aprovado para a prática de atividades físicas ao longo da vida, através do programa IAF, Incentivo à Atividade Física. Explicou que o Ministério está também analisando a criação de uma nova política para as atividades corporais. Seguidamente, foi iniciada a palestra, tema: Exposição sobre a saúde indígena e as ações realizadas para as Pessoas Idosas Indígenas no Território.

**A Sra. Angélica Maia** abordou a questão da saúde das pessoas idosas indígenas, ressaltando que as políticas de saúde precisam ser adaptadas para os diferentes contextos dos povos indígenas. Destacou que o envelhecimento é visto de maneira diferente em várias etnias, com alguns povos reconhecendo a pessoa idosa antes dos 60 anos, dependendo do contato com a sociedade externa. Também mencionou a importância de garantir um envelhecimento saudável e ativo para a população indígena, respeitando os rituais e os processos culturais de cada etnia. A SESAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena, tem desenvolvido ações para oferecer uma atenção integral as pessoas idosas indígenas, levando em conta a diversidade cultural e as necessidades específicas de cada território. A população indígena idosa está distribuída por 6.780 aldeias, com cerca de 51 mil idosos sendo atendidos pela SESAI. O envelhecimento e as condições de vida variam bastante entre as regiões,

o que requer estratégias diferenciadas de atendimento. Apresentou ainda dados sobre a distribuição da população idosa nos territórios, destacando que Mato Grosso é o estado com o maior número de idosos indígenas, com cerca de 5.300 idosos, enquanto outros territórios, como Caarapó no Mato Grosso do Sul, têm números bem menores, com apenas 222 idosos. A SESAI tem trabalhado em estratégias diferenciadas de atenção, levando em consideração o contexto de cada região e a proximidade com as áreas urbanas. Apesar dos esforços para atender a população idosa indígena, a falta de recursos financeiros tem sido um obstáculo para a expansão das políticas de saúde. A implementação de políticas públicas eficazes depende da articulação entre os diferentes setores do governo e do apoio dos movimentos sociais organizados, que têm um papel fundamental na construção e execução dessas políticas. Destacou ainda as ações que estão sendo realizadas pela SESAI, como o programa de consultas anuais para os idosos, e a importância da colaboração entre o governo e outros setores sociais para garantir que as políticas de saúde cheguem efetivamente às populações indígenas. A **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** agradeceu a oportunidade de falar e parabenizou a SESAI pelo trabalho realizado. Ressaltou a importância de fortalecer as políticas voltadas para a pessoa idosa nos territórios indígenas e a necessidade de garantir que as ações discutidas sejam de fato implementadas. Enfatizou a relevância da atenção básica e da prevenção, para garantir que a população indígena tenha um envelhecimento saudável e alcance os 60 anos, conforme as diretrizes da Política Nacional do Idoso. A **Conselheira Daniella Cristina Jinkings Sant'ana** também parabenizou a SESAI pelo trabalho realizado, especialmente no atendimento às populações Yanomami em Roraima e Amazonas. Destacou a importância da presença nos territórios para fornecer cuidados médicos e informações. Também mencionou o problema da desnutrição nas populações indígenas, o que pode impactar a saúde das pessoas idosas, e chamou a atenção para a necessidade de mais dados para entender melhor os fatores que afetam a saúde dessa população. A **Sra. Angélica Maia** destacou a importância de uma parceria ativa no desenvolvimento de políticas voltadas à saúde da população idosa indígena. Se colocou à disposição para participar das reuniões do CNDPI, somando juntos para que a saúde da população idosa indígena seja alavancada e, de fato, consiga estabelecer políticas e ações estratégicas para os nossos territórios. Ato contínuo, foi iniciado o último ponto de pauta, 6ª CONADIPI. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** reforçou que o tema é importante e chamou para a mesa a **Sra. Tatiana Estrela** e o **Sr. Hugo Nister**. Ressaltou que o Conselho já vem discutindo a organização da Conferência Nacional desde o ano passado. Foi mencionada a formação inicial de uma comissão provisória, e, posteriormente, a deliberação para a criação da Comissão Organizadora da Conferência Nacional, considerada a comissão oficial. Agradeceu a participação e o engajamento de todos os membros da comissão, destacando que as reuniões têm ocorrido quinzenalmente, ao longo de diversos meses. Enfatizou, ainda, a preocupação em assegurar que o processo conferencial seja conduzido de maneira participativa, democrática, inclusiva e inovadora. Foi direcionada a palavra para o **Coordenador-Geral substituto Luís Alberto da Silva**, que destacou o desafio de realizar a Conferência Nacional no próximo ano, mencionando que a locação do espaço deve ser empenhada até o início de dezembro do ano corrente. Ressaltou, contudo, que, embora ainda não haja recurso orçamentário disponível, esforços estão sendo realizados para garantir sua viabilização, buscando por informações pertinentes. O **Secretário Nacional Alexandre da Silva** abriu o diálogo sobre a 6ª CONADIPI e reforçou que estão fazendo o possível para a realização da Conferência no ano de 2025. A **Sra. Tatiana Estrela**, apresentou-se e destacou a importância de participar da reunião para contribuir com informações e compreender as demandas e perspectivas do Conselho, especialmente no contexto da organização da Conferência Nacional. Em sua fala, abordou, a **atuação da Coordenação de Cooperação Internacional** responsável pela interlocução com organismos internacionais e pela execução de projetos de cooperação técnica, em parceria com instituições como PNUD, UNESCO, UNAIDS, OMS e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Informou que o **papel da FLACSO em Conferências** tem sido uma parceira importante do MDHC na organização de conferências desde os anos 1990. Atua no desenvolvimento de metodologias, sistematização de relatórios, estratégias participativas e suporte logístico. Exemplificou com a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em julho de 2023, que contou com 1.200 participantes e teve todo o processo técnico-conceitual e logístico conduzido pela FLACSO. Explicou que, para viabilizar a conferência via cooperação internacional, seria necessário incluir uma linha específica no PRODOC atual, além de garantir o aporte financeiro correspondente. Ressaltou que o processo envolve múltiplas aprovações, incluindo o Itamaraty e o PNUD, além de parcerias formais como a carta-acordo entre o MDHC, o PNUD

e a FLACSO. Por fim, colocou a área de Cooperação Internacional à disposição para esclarecimentos, compartilhamento de documentos técnicos, como os utilizados na última conferência, e suporte ao Conselho na avaliação do modelo mais adequado para a realização do evento. O **Sr. Hugo Nister**, agradeceu o convite e deu iniciou as explicações para a organização da 6ª CONADIP. Anunciou que o Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) foi considerado o único espaço em Brasília com estrutura adequada para atender eventos de grande porte com acessibilidade e o Centro de Convenções Ulisses Guimarães apresenta limitações estruturais, especialmente para a realização de grupos de trabalho simultâneos. Em relação as datas disponíveis no CICB, informou que para agosto de 2025 está indisponível e que à disponibilidade é novembro e dezembro. Esclareceu que a alteração da data exigirá ajustes no decreto e nos trâmites internos. Destacou a importância de logística de apoio, destacando a consultoria da FLACSO como fundamental para a sistematização de propostas, organização logística e comunicação do evento. Por fim, reforçou que o pleno do Conselho deverá deliberar sobre a nova data e aprovar os ajustes necessários. Esclareceu que a SNDPI será responsável pela alteração do decreto e trâmites internos. A **Conselheira Rosângela Maria Lucinda** levantou uma preocupação sobre a falta de informações detalhadas em reuniões anteriores sobre o evento. Mencionou que, como suplente, não se recordava de ter recebido as informações com antecedência e que isso a surpreendeu. Também ressaltou a importância de uma boa organização e estrutura logística para o evento, e pediu que todas as informações fossem devidamente registradas, para garantir transparência nas decisões do Conselho. O **Secretário Alexandre da Silva** e o **Sr. Hugo Nister**, por sua vez, ressaltaram que estão fazendo todos os esforços para garantir que o evento e as conferências ocorram conforme o esperado, mesmo diante das dificuldades. O **Conselheiro Sérgio Luiz Rodrigues Pereira** levantou a importância de realizar uma visita técnica aos espaços propostos para o evento. Destacou que, além de garantir acessibilidade arquitetônica, seria fundamental considerar outros aspectos, como banheiros adequados, o piso e até mesmo as condições climáticas, dado que a conferência ocorrerá durante um período chuvoso. Sugeriu que a visita fosse feita por uma comissão composta por conselheiros(as) e pessoas idosas. O **Sr. Bruno Mendes** informou que a **Sra. Eliana Graça** e o **Sr. Hugo Nister** visitaram o Centro de Convenções de Brasília (CICB) com o objetivo de reservar o espaço para o período de agosto, destinado à realização da conferência nacional. Durante a visita, ambos verificaram as instalações e mantiveram contato com a responsável pela gestão do espaço, que solicitou o envio de um ofício formalizando a reserva. O ofício foi enviado conforme solicitado, mas, ao receber a resposta por e-mail, foi informado que a data já estava pré-bloqueada devido a cotações de outros clientes, ainda foi indagado se haveria a flexibilidade de datas para a realização da conferência. No entanto, as datas específicas de nosso interesse foram confirmadas como indisponíveis, pois já haviam sido asseguradas por outro cliente com prioridade financeira. Diante disso, iniciaram novas tratativas com o CICB para avaliar outras possibilidades e ajustar a data da conferência nacional. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** solicitou a palavra para registrar seu acompanhamento ao trabalho da equipe organizadora da conferência, destacando a dedicação e o empenho da Comissão Organizadora da Conferência, dos bolsistas contratados com os recursos do fundo nacional do idoso previamente autorizados e de todos os envolvidos no processo. Ressaltou a presença ativa dos bolsistas que têm desempenhado papel essencial na edição do material da conferência. No tocante à questão do espaço para a realização do evento, reconheceu suas limitações por não residir na localidade, mas mencionou a participação em reuniões da Comissão onde essa matéria foi discutida, além de considerar a consulta ao Conselho Federal da OAB como uma possibilidade de obter indicações de espaços adequados. Apontou como opções mais recorrentes o Ulysses Guimarães, CICB e o Brasil 21, tendo em mente critérios como acessibilidade plena, incluindo aspectos arquitetônicos e condições climáticas. Destacou a importância de realizar uma visita técnica aos espaços, sugerindo a formação de uma comitiva composta por conselheiros (as) e pessoas idosas de Brasília. Essa visita teria como objetivo avaliar as condições de acessibilidade e adequação do espaço ao público-alvo do evento. Expressou preocupação quanto ao impacto da data da conferência, considerando o término do atual mandato do conselho e a possível transição de conselheiros (as). Ressaltou a necessidade de garantir que a conferência seja efetiva, democrática e respeitosa dos princípios estabelecidos pelo decreto presidencial, além de gerar resultados concretos. Por fim, reforçou a importância de manter a transparência e a comunicação com conselhos estaduais e municipais no processo de planejamento e execução da conferência. O **Secretário Alexandre da Silva** destacou a importância de registrar a historicidade do processo, documentando as decisões tomadas desde o início, para garantir que todos os

participantes estejam envolvidos e cientes do que está sendo discutido. Apontou que, embora o orçamento disponível para a conferência fosse considerável, em comparação com outros eventos, ele era pequeno para montar uma estrutura padrão. Relatou ainda as dificuldades em obter apoio financeiro, e a falta de reconhecimento da causa da pessoa idosa em comparação com outras pautas. Além disso, expressou sua preocupação com a participação das entidades no processo de organização e ressaltou que sua gestão tem se esforçado para envolver os parlamentares e garantir recursos para a conferência. Sugeriu que se buscassem outras soluções viáveis, mas pediu compreensão pela complexidade da situação e pelos desafios financeiros enfrentados. O **Coordenador-Geral substituto Luis Alberto da Silva** sugeriu buscar emendas parlamentares como uma solução viável para complementar o orçamento. Incentivou os conselheiros(as) a mobilizarem deputados e outros representantes regionais para a captação de recursos adicionais. Apesar dos esforços contínuos, foi feito um alerta sobre a gravidade da situação financeira e a necessidade de sensibilização para garantir a realização da Conferência. A reunião continuou com os encaminhamentos finais: 1. Designação de membros para visita ao CICB: Foram definidos os membros responsáveis pela visita ao CICB, Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú, Conselheira Shirlei Correia Rodrigues, Conselheiro Sérgio Luiz Rodrigues Pereira, Conselheira Joana Darc Freire Silva, Conselheira Ana Elenara da Silva Pintos e Conselheira Daniella Cristina Jinkings Sant'ana com data a definir para realização da visita; 2. Definição de data para envio do Texto Base da Conferência: Ficou estabelecido 7 dias para o envio do texto base da conferência aos Conselheiros(as), para que possam realizar a análise do conteúdo; 3. Realização de Reunião Extraordinária Virtual: Foi acordada a realização de uma reunião extraordinária virtual com o objetivo de discutir a nova data para a realização da Conferência. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** colocou em votação os encaminhamentos que foram aprovados por unanimidade. **Encerramento da 122ª Reunião Ordinária – O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a presença de todos os presentes e todas as contribuições realizadas pelos conselheiros(as), e declarou encerrada a 122ª Reunião Ordinária.

### RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho**, Usuário Externo, em 24/02/2025, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4778745** e o código CRC **3B4C61F6**.